



LAICISMO

Por causa da situação específica nacional da Alemanha nós decidimos colocar o foco mais forte nestas particularidades.

Situação atual

Ao contrário a outros países europeus a Alemanha não é um estado Laicista. Na Alemanha as igrejas cristãs possuem uma posição muito particular, especial. Uma prova desta união entre estado e igreja é por exemplo que o Estado cobra os impostos para a Igreja (também chamados impostos anexos) através do Ministério de Finanzas ou Ministério da Fazenda. ([Kirchensteuer](#) é [um imposto que se eleva a aproximadamente 8% do IRS](#) e [que é pago por todas as pessoas que trabalham e estão filiadas à Igreja Evangélica \(Protestante\) ou à Igreja Católica. Normalmente este imposto é pago às Finanças que se encarregam de o reenviar para as devidas igrejas.](#)) Por este serviço o Ministério eleva uma taxa. Se um cidadão resolve se separar da Igreja ele é obrigado a fazer uma declaração conforme os direitos/leis diante o Tribunal/Ministério. Para comunidades religiosas como a Igreja Católica e Evangélica (e desde 2006 As Testemunhas de Jeová) à que convém o direito público legal, existem exceções e benefícios, por exemplo no direito tributário e além do mais podem divergir dos estatutos do código civil (BGB). O Estado garante e financia às Igrejas a aula de religião nas escolas públicas, tanto quanto o estudo de teologia e pedagogia religiosa nas Universidades. Além disso o estado participa do financiamento dos Bispos e outros funcionários clericais, em parte por meios indiretos, por exemplo liberação dos impostos. As Igrejas são entidades responsáveis para muitas crèches/Infantários, escolas, hospitais, ajuda para Jovens e asilos para idosos. Elas recebem subvenções estaduais para o seu trabalho e seus funcionários. Para estes funcionários aplica-se especialmente um direito de trabalho clerical. Os funcionários da Igreja não estão organizados em sindicatos, eles votam um representante da associação, e que funciona diferente de um conselho de empregados ou trabalhadores, eles se orientam no direito clerical. Se diz que em geral o relacionamento entre o estado e a igreja é cooperativo. Existem acordos e contratos clericais estaduais. Em algumas salas de audiência, tribunais existem crucifixos, e os feriados religiosos, dias santos, são protegidos pela lei, pelo estado.

Desenvolvimento desta Posição Singular

O princípio subsidiário legítimo que deu oportunidade para as entidades públicas em grande dimensões, foi parte dos estudos sociais katólicos e que já na época da República de Weimar influenciaram em programas de partidos políticos e da constituição. Com a apoderação dos nacional-socialistas em 1933 foram proibidos partidos trabalhadores, sindicatos e todas as organizações que tomassem partido por uma livre ideologia e liberdade de Igrejas. Todos os seus bens, valores foram confiscados, os livros e arquivos foram destruídos e os protagonistas levados aos campos de concentração onde muitos morreram e outros foram assassinados.

O estado estabeleceu associações juvenis e sociais com ideologias controladas pelo Estado e pelo partido político; Na Alemanha Nazista não era mais possível assumir iniciativa e responsabilidade própria. Intactas ficaram as grandes igrejas; o poder dos nacionalsocialistas não foi bastante para proibir-las. Assim após o final da Guerra em 1945 a Igreja foi a única grande instituição que se quedou intacta com capacidade de agir, e que como antes, continuava com o apoio do povo. A Igreja aproveitou a oportunidade, e assumiu parte das tarefas estaduais. Tomou assim o direito de interpretar o princípio subsidiário a sua maneira.

Efeitos

Subvenções estaduais e direito de trabalho

A Igreja com suas numerosas instituições e empresas é uma das maiores empregadoras na Alemanha. Aproveitadores desta posição singular da Igreja acentuam que as igrejas mostram grande compromisso social, cuidam dos pobres, carentes, e criaram sistemas educacionais e sociais como por exemplo Caritas (Katólico) e Diakonia (evangelico) e que elas mantem e cuidam de seus Monumentos, Kathedrais, construções históricas, culturais, e obras de valor arquitetónico com livre disposição ao povo. Assim a Igreja justifica e dá sentido ao imposto pago pelos seus cristãos.

Esta argumentação perde a sua força persuasiva, tendo em conta que as ajudas estatais que as instituições da igreja recebem.”As igrejas alemãs recebem bem mais ajudas estatais do que a maioria imagina” escreve Carsten Frerk, especialista em finanças clericais, em seu Livro “Violettbuch Kirchenfinanzen” de 2010. Conforme o seu cálculo o estado concede a igreja católica e evangélica anualmente arredondado 19 Bilhões de Euros além dos aproximadamente 45 Bilhões para Caritas e Diakonia fora os 9 Bilhões que elas cobram e recebem através do seu imposto (Kirchensteuer). Em parte estas subvenções são pagas diretamente assim como as ajudas dos estados alemães para os Bispos e outros funcionários da igreja ou indiretamente através de liberação dos impostos. Segundo Frerk (2010) até as empresas da igreja como a Misereor (empresa auxiliary dos Bispos) receberam 63% do orçamento de 162 Milhões do Ministério de Desenvolvimento, somente 5% vêm diretamente da igreja. Críticos reclamam que as igrejas se transformaram em

empresas sociais, omnipresentes, com fins lucrativos com numerosos locais de trabalho e que assim assumem um grande influência social, não proporcional.

Diante das imensas ajudas estaduais, para uma grande parte dos críticos da igreja, não é possível entender, que a Igreja se atreve de utilizar o direito de trabalho com sua própria moral. Assim todos os funcionários, trabalhadores mesmo os que não trabalham em instituições diretamente da igreja (sacerdote dioceses etc.) e que trabalham para instituições apoiadas pela Igreja (Caritas, Diaconia) estão a mercê das normas e da arbitrariedade espiritual da Igreja. Eles são obrigados a aceitar grande parte das regras morais da Igreja. Deste modo finalmente se mantêm, situações e estruturas obsoletas, em parte antifeministas e hierárquicas. A Igreja, como empresa exige um compromisso religioso de seus funcionários. Desta maneira ela também exige que a vida particular siga a moral cristã e aos princípios religiosos. O não cumprimento ou seja a violação destas regras como por exemplo um novo casamento após divórcio ou um ter filho sem serem casados podem ser motivos para demissão. O fato é que em instituições que são por 80 – 100% subventionadas pelo estado, o direito estadual não tem valor.

O princípio subsidiário

Como autoridades livres, não estaduais as Igrejas (assim como livres entidades caritativas) são assim por dizer “ livres do estado”. Agem por responsabilidade própria e desta maneira são um contrapeso ao poder estatal. Esta idéia nos leva ao princípio subsidiário, que dá preferência, quando certas funções sociais foram cumpridas, a atividades não estaduais às atividades estaduais, com a finalidade de limitar o poder estatal. Não devem ser tomadas a responsabilidade e a própria iniciativa ao ser humano pelo contrário: o estado só deve interferir quando as pessoas ou o povo não estão em condição de cumprir estas tarefas. O estado, como regime com poder autoritário ideológico (como por exemplo na época do nacional socialismo) e nem como estado de providência social, tem o direito de privar o povo de sua própria responsabilidade e da responsabilidade social.

A igreja como instituição não estadual, tem um grande presença quando se trata de realizar tarefas sociais, justamente porque ela ao contrário a outras livres entidades, é privilegiada assim também em relação a concorrência. Outras organizações espirituais, não estão em condição de assumir e realizar estas tarefas, pois não possuem a capacidade a força e influencia política. Isto dá a impressão que o estado e a Igreja dividem as Tarefas entre si e assim passam a fixar e justificar o seu poder cada vez mais. A relação parceira entre o estado e a igreja mencionada no princípio, poderá rapidamente invertir-se em uma dependência financeira para grupos e para a concorrência. Para algumas pessoas é “uma pedra no sapato” outros concordam. Normalmente presume-se que justamente instituições religiosas conservam e transmitem os valores da nossa cultura ocidental. Aqui parece que se confundem expressões, termos religiosos em geral, com termos teológicos especialmente

usados para a moral cristã. Organizações da Igreja são livres das restrições estaduais, mas não são livres das ideologias e exigências diante as autoridades da Igreja. Escândalos por violação sexual, liderança autoritária, abuso monetário e demissões sob direito religioso sempre são condenados publicamente, e causaram notícias negativas e protestos. Afinal, em vista deste desenvolvimento questiona-se criticamente o porquê destes benefícios, pacote de direitos especiais dados pelo estado para as Igrejas. Nos últimos anos o número dos membros da Igreja esta diminuindo.

Consequências para as mulheres

Susan Brownell Anthony, pioneira quanto aos direitos femininos americanos diz que: “as mulheres não tem motivo algum de serem gratas as Igrejas por nem sequer um impulso para liberdade.” Diante as grandes Religiões que crem ter validade universal e serem reponsáveis pelo bem do ser humano, ela com certeza tinha razão, pois aí os homens estão bem mais acima das mulheres. Esta posição trouxe modelos, hábitos culturais, que foram impostos a mulher durante séculos, como o papel de Mãe, da Eva pecadora ou da Santa, o que lhes tomou e bloqueou o caminho para a sua formação e sua independência. A observação rigorosa das mulheres como garantia para a pureza de sua origem e a punição severa resultante, é apenas um incrível exemplo do poder ilimitado dos homens sob as mulheres por motivos religiosos. Ao mesmo tempo justamente este desenvolvimento religioso trouxe a base para liberdade e a igualdade de direitos. Reconhecer a igualdade de direitos humanos de mulhere e homens com irmãs e irmãos já sempre foram partes centrais da mensagem cristã. Na Europa foi principalmente a beatice inicial que abriu a portas para o desenvolvimento pessoal, formação e influência política das mulheres. Aqui vemos que temos que fazer uma diferença muito grande entre um mundo religioso, com valores culturais e um mundo com valores institucionais da igreja. Se as intuições religiosas tivessem outras estruturas em relação a equivalência , elas teriam que admitir mulheres como sacerdotes e assim a valorização seria uma outra.

Conclusão

Normalmente hoje em dia estamos de acôrdo que um certo grau de separação, o que significa a independencia simultanea e a neutralidade de entidades estatais, é indispensável. Em muitas cabeças está justamente esta idéia da indepenência em si como uma questão de fé. No extremo se ve a a laicidade como um meio de formar barreiras para a religião. Pensadores modernos como Habermas, Taylor e outros se ocuparam principalmente com estes credos unilaterais, e descobriram que para um estado moderno atual, se deverá desenvolver um vista nova que deverá achar um novo caminho para fora do focus unilateral da religião. Temos que ver o termo

“Laicidade” com bem mais amplitude e deixar claro que este termo não contém a valorização bom ou mal. Deve-se ver que a neutralidade do estado deverá ser observada não somente diante a religião. Não existe uma mentalidade laicista livre de todas as religiões, pois toda a vida social é determinada pela memória cultural, e esta por outro lado sempre tem influência religiosa através da história da humanidade. Mesmo pessoas não religiosas sempre sofrem alguma influência religiosa mesmo não tendo ciência disso. Mesmo falando de uma secularização do estado, ou seja laicidade, não se pode falar de uma sociedade secular (laica). Pois em nossa história cultural conjunta, onde sempre há influência da sociedade e do estado (o estado são as pessoas da sociedade) existem sempre participantes crentes. Todos os valores dos estados laicos na Europa são baseados em padrões culturais da nossa história ocidental.

Como num mundo multicultural, tecnizado e globalizado agem muitos outros fatores, o estado é obrigado a cuidar de que não haja vantagens ou desvantagens para qualquer que seja a Ideologia. Em face de um pluralismo ideológico deve-se refletir os contributos necessários para o processo democrático.

No século 21 então fica sendo um desafio pessoal e global para todos de lidar com o novo. A responsabilidade em relação a natureza, a técnica, a economia e ao poder político não é só dos causadores porque fora os construtores e produtores, os utilizadores deverão reconhecer e apurar a sua área de atividades. A reflexão deverá ser transcultural, pois tendo em vista que no mundo globalizado todos os seres humanos do presente deverão desenvolver uma noção ética e uma consciência política, que lhes permite formar uma diversidade moral, espiritual e cultural fundamental para eles. “Construir o templo da humanidade” significa entender a ética como meio de subsistência de uma união humana e esclarecer quais são os princípios éticos que formam o fundamento para a humanidade. Perguntamo-nos como os três valores primordiais, liberdade, igualdade e fraternidade deverão ser implementados para serem o fundamento da sociedade humana.

- A realidade social ainda é compatível com a constituição e as leis que dela resultam?
- O nosso sistema permite outras Ideologias?
- E como lida com estas Ideologias?
- Como protegemos a nossa identidade cultural, linguística e religiosa, a nosso entendimento jurídico?
- O que o estado deverá realizar? E as cidadãos ?
- Como uma única pessoa ou um grupo poderão desenvolver visões futuras, objetivos, valores para conviver em paz no discurso em religião, apesar de sua diversidade?

Laicismo unido com a secularidade, somente poderá existir com o respeito a todas as ideologias, e a formação de um acordo será necessário. O cidadão, deverá

procurar meios de se tratar com respeito em seus compromissos mutuos e ele com certeza encontrará muitos pontos de intersecção e afinidades. Isto não é possível excluindo a religião e seu critério de ação ética. O uso da razão pública e a religião não se excluem. O importante é a nossa maneira de pensar e lidar que deverá ser levada a um acordo. Isto é um novo fenômeno na história e por isso não sabemos qual será o seu desenvolvimento e o seu resultado. Em todo caso, Laicidade é um passo importante para mais emancipação humana, é uma tentativa de procurar uma nova ordem mundial criada pelo ser humano com o objetivo de construir uma ordem justa num Mundo tolerante e assim mais pacífico. Já estamos construindo a muito tempo neste projeto. Começou com as utopias no século 16 que tinham como objetivo uma sociedade ideal, para criar um vida melhor para todos. Haberman diz hoje que este objetivo é: "Ética do cidadão estadual". O Filósofo Charles Taylor acha que Fraternidade é o envolvimento de todos nas decisões que convem a tal sociedade e como deverão ser realizadas.

Trabalhar para realização é uma importante tarefa para as maçons.